



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Jornal do Campus

Data: 24/05/2012

Link: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2012/05/>

Caderno / Página: - / -

Assunto: USP terá plano de diretrizes socioambientais

USP terá plano de diretrizes socioambientais

por Paula Zogbi Possari e Meire Kusumoto

Seguindo exemplo de Piracicaba, plano que influenciará construções e atividades da Universidade ainda está em fase embrionária na maior parte dos campi

Um Plano Diretor Socioambiental está em fase de desenvolvimento para todos os campi da USP. Coordenado pela Superintendência de Gestão Ambiental (SGA), o projeto pretende criar e monitorar as ações socioambientais da Universidade e se organizará em três fases: diagnóstico do local, criação de diretrizes baseadas nesse diagnóstico e definição do sistema de gestão e implementação do plano.

O projeto organiza ações numa ordem hierárquica. “Por exemplo, se nós vamos construir um prédio [...], antes temos que ter as vias de acesso a ele, levar energia elétrica, água etc. É uma ordem que não deve ser alterada, para não haver prejuízo no final”, explica Wellington Delitti, superintendente de gestão ambiental da USP. Diretrizes como essa serão estabelecidas pelo plano diretor, de forma completa.

Para a execução do trabalho, serão formadas comissões abertas nos campi, representando todas as unidades da USP, na medida do possível. “Desta forma, o plano ganha força pela confrontação e acolhimentos de diferentes ideias e na produção de ciência e soluções práticas para os problemas encontrados”, pondera o superintendente. De acordo com ele, o projeto não contará com o trabalho de empresas privadas, já que o plano é otimizado pelo envolvimento de pessoas inseridas no cotidiano da Universidade.

O campus de Piracicaba já desenvolveu um plano diretor socioambiental (leia mais sobre isso no box ao lado). Para Miguel Cooper, professor do Departamento de Solos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e coordenador do plano implementado, cada unidade terá também suas especificidades, daí a necessidade dos planos serem feitos por usuários do campus. A capital, segundo ele, é um “bicho de sete cabeças, pelo tamanho, localização, grande variabilidade de prédios e cursos etc.”. Já Pirassununga tem grandes semelhanças com a Esalq pela área rural, com matas, cerrados, plantações e criações, apesar de a área construída ser consideravelmente menor.

Unidades como a Faculdade de Direito (FD) e o “Quadrilátero da Saúde”, que inclui a Faculdade de Medicina (FM) e a Faculdade de Saúde Pública (FSP), que estão em meio a uma região urbana condensada, também serão contempladas pelo plano diretor. “A São Francisco é um grande bloco de área construída, no coração da cidade. Já no “Quadrilátero”, passam ruas e tem o metrô próximo”, diz Delitti. “Os usos também são totalmente diferentes. Na Saúde, há muitos laboratórios, produtos químicos, radiação. Na FD tem documentos, obras históricas, obras de arte. Por isso é importante que cada unidade participe da concepção do próprio plano”.

Além disso, com autoridades de unidades e campi acompanhando o processo, é maior a chance de as diretrizes serem cumpridas e as obras, caso necessárias, aprovadas. “Uma vez prontos, os planos serão encaminhados a autoridades como o coordenador do campus e a Congregação das unidades, de forma que ele seja referendado por essas instâncias, que são as responsáveis pela sua execução”, diz Delitti.

Prazos

De acordo com Delitti, não há prazo exato definido para a conclusão dos planos. “Nós gostaríamos que não passasse de um ano. Mas dependendo do lugar pode levar um pouco mais de tempo ou mesmo ter partes concluídas antes”. A Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH), localizada na Zona Leste

da cidade de São Paulo, e o campus de Ribeirão Preto já começaram as discussões sobre a construção do plano.

Até o fechamento dessa edição já haviam sido realizadas duas reuniões na EACH, contando com a participação de quatro docentes e alguns funcionários e alunos. Para André Simões, coordenador do curso de Gestão Ambiental na unidade, a maior diferença dessa implantação é a questão social, devido a sua localização. Para ele, “aqui, o termo socioambiental é bem claro” e é preciso atentar para as 4 milhões de pessoas que vivem em comunidades próximas à Escola. “O plano é muito preliminar ainda, mas já está na agenda central do curso”, diz.

A Escola funcionou até 2011 sem as devidas licenças de implantação e de operação, por se encontrar em área de concentração de gás metano. Essas licenças foram aprovadas, mas segundo André a questão ainda não está completamente resolvida, apesar de não ter “ciência de nenhum risco”. O plano diretor na EACH, portanto, deverá analisar também essa situação.

Esalq é exemplo para outros campi

O modelo participativo do plano diretor já foi desenvolvido e implantado, em 2009, no campus de Piracicaba. Miguel Cooper afirma que a participação foi aberta durante todo o processo: “tivemos grande participação de estudantes, funcionários, professores, enfim a comunidade. Após cada etapa fazíamos uma espécie de audiência pública, com a presença também de órgãos externos fiscalizadores, como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e o Ministério Público”, diz.

O projeto teve seu início em 2004, quando estudantes da Esalq e grupos de pesquisa em meio ambiente se organizaram em fóruns permanentes de discussão. A partir dos debates, a comunidade percebeu a necessidade de um plano diretor socioambiental para o campus. Os participantes foram divididos entre seis Grupos de Trabalho (GTs), responsáveis pelas linhas temáticas de resíduos, água e esgoto, uso do solo, emissão de gases do efeito estufa, fauna e normação e certificação.

Cooper afirma que a maior dificuldade no desenvolvimento do plano foi encontrar dados sobre o campus que auxiliassem o diagnóstico, pois eles não estavam centralizados. “Era muito difícil garimpar informações, não havia nenhum registro por escrito”, afirma. Ele adianta que a SGA está observando isso em outros campi da Universidade.

De forma a manter a atualidade, o projeto da Esalq passa entre este ano e o próximo por uma revisão, que será realizada a cada quadriênio. Para os outros campi, esse prazo ainda não foi definido, mas não deve passar de cinco anos, segundo Delitti.